

Parques Eólicos Palmares S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Parques Eólicos Palmares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parques Eólicos Palmares S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parques Eólicos Palmares S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

PARQUES EOLICOS PALMARES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Notas explicativas	2022	2021		Notas explicativas	2022	2021			
CIRCULANTE				CIRCULANTE						
1.1	Caixa e equivalentes de caixa	5	15.051	12.720	2.1	Fornecedores	95	80		
1.2	Contas a receber de clientes	6	11.205	10.745	2.16	Financiamentos	11	10.495	11.142	
1.3	Despesas antecipadas		273	247	2.4	Impostos a recolher		332	274	
1.4	Impostos a recuperar	7	6	6	2.5	Provisão IRPJ e CSLL	9	560	465	
	Total		<u>26.535</u>	<u>23.718</u>	2.6	Partes relacionadas	18	879	820	
					2.7	Dividendos a pagar	18	9.151	9.080	
					2.8	Outras obrigações		<u>1.090</u>	<u>343</u>	
						Total		<u>22.602</u>	<u>22.204</u>	
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE						
1.6	Aplicações financeiras vinculadas	8	5.624	5.495	2.17	Financiamentos	11	51.588	60.814	
1.13	Contas a receber de clientes	6	-	1.332	2.13	Provisão para Desmobilização	10.3	<u>1.835</u>	<u>2.510</u>	
1.8	Outros Créditos		161	161		Total		53.423	63.324	
1.12	Imobilizado	10	173.521	183.604		Total do Passivo		<u>76.025</u>	<u>85.528</u>	
1.16	Intangível		<u>48</u>	<u>46</u>						
	Total		<u>179.354</u>	<u>190.638</u>						
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
					2.14	Capital social	14	114.116	114.116	
					2.15	Reservas de lucro e dividendos adicionais propostos	14	<u>15.748</u>	<u>14.712</u>	
						Total do patrimônio líquido		<u>129.864</u>	<u>128.828</u>	
TOTAL DO ATIVO			<u><u>205.889</u></u>	<u><u>214.356</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				<u><u>205.889</u></u>	<u><u>214.356</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PARQUES EOLICOS PALMARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022	2021
3.3 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	<u>50.304</u>	<u>48.665</u>
3.4 Custo da Operação	16	<u>(22.495)</u>	<u>(20.807)</u>
LUCRO BRUTO		27.809	27.858
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
3.5 Gerais e administrativas	16	(2.160)	(2.034)
3.6 Outras receitas operacionais, líquidas		<u>157</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		25.806	25.824
3.7 Receitas financeiras	17	1.869	551
3.8 Despesas financeiras	17	<u>(6.118)</u>	<u>(5.531)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		21.557	20.844
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
3.9 Corrente		(2.290)	(1.729)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>19.267</u></u>	<u><u>19.115</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PARQUES EOLICOS PALMARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.267	19.115
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>19.267</u>	<u>19.115</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PARQUES EOLICOS PALMARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de Lucro e Dividendos		Lucros acumulados	Total
			Adicionais Propostos			
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		114.116	4.677	7.651	-	126.444
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	19.115	19.115
Constituição de reserva legal		-	955	-	(955)	-
Destinação de Dividendos		-	-	-	(9.080)	(9.080)
Distribuição de Dividendos		-	-	(7.651)	-	(7.651)
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	9.080	(9.080)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		114.116	5.632	9.080	-	128.828
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	19.267	19.267
Constituição de reserva legal	14	-	964	-	(964)	-
Destinação de Dividendos	14	-	-	-	(9.151)	(9.151)
Distribuição de Dividendos	14	-	-	(9.080)	-	(9.080)
Constituição de dividendos adicionais propostos	14	-	-	9.152	(9.152)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		114.116	6.596	9.152	-	129.864

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PARQUES EOLICOS PALMARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
43 Lucro líquido do Exercício		19.267	19.114
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
1 Imposto de renda e Contribuição social	9	2.290	1.729
6 Juros sobre a dívida	17	5.920	5.380
12 Despesas Financeiras com Desmobilização	17	101	70
11 Amortização Desmobilização	10	100	141
10 Depreciação e amortização	10	9.227	9.166
		<u>36.905</u>	<u>35.600</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
16 Contas a receber de clientes		872	743
18 Impostos a recuperar		-	13
19 Despesas antecipadas		(26)	39
20 Fornecedores		15	(31)
22 Impostos a recolher		(556)	(354)
23 Partes Relacionadas		59	105
24 Outras obrigações e contas a pagar		747	233
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>38.016</u>	<u>36.348</u>
26 Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.584)	(1.190)
27 Pagamento de juros	11	(5.460)	(5.388)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>30.972</u>	<u>29.770</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
30 Aquisição de imobilizado	10	(19)	(343)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(19)</u>	<u>(343)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
32 Pagamento de financiamentos	11	(10.333)	(10.314)
34 Pagamento de dividendos	14	(18.160)	(15.302)
39 Aplicações financeiras vinculadas		(129)	(657)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(28.622)</u>	<u>(26.273)</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.331</u>	<u>3.154</u>
41 Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício		12.720	9.566
42 Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício		15.051	12.720

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto o valor nominal das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Parques Eólicos Palmares S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, foi constituída em 11 de março de 2009.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S.A. detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	91.292.800	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE - G	11.411.600	10%
Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda.	11.411.600	10%
	<u>114.116.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Palmares do Sul/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico Palmares composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de dezembro de 2010
Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 090/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Palmares do Sul/RS
Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 091/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário 3 composto por 7 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011
Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2010 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 109/10, datado de 26 de maio de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Parque Eólico Fazenda Rosário 2 composto por 10 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 06 de setembro de 2012

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 01115/2016, concedida através do processo administrativo n.º008619-0567/14-4, emitida em 24/10/2018, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 0086619-0567/14-4. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 767, de 23 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Palmares, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 24.12.2002, seção1, p.259 v. 139, n.248.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 3.933 em 2022 (R\$ 1.513 em 31 de dezembro de 2021). Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamentos e que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valore recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”. O valor registrado na rubrica “adiantamento de clientes” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais ou ao final do primeiro quadriênio, conforme estabelecido em contrato.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigência:

(I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.

(II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.

(III) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.

(IV) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.

(V) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

(VI) Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2);-Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture.

b) Pronunciamentos já emitidos, entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

(II) Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

(III) Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido

(IV) Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aero geradores e Infraestruturas aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. Desde então não houve alteração relevante neste estudo.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 12 a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota nº 12 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como a taxa de desconto, conforme descrito na NE 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo de caixa e bancos	18	24
Aplicações financeiras	<u>15.033</u>	<u>12.696</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>15.051</u></u>	<u><u>12.720</u></u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicação Financeira

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	99,81% do CDI a.a.	13.853	11.047
Banco Santander	Master Fi Renda Fixa	Indefinido	97,08% do CDI a.a.	747	379
Banco Bradesco	Simple CDB Autom.	Indefinido	98,37% do CDI a.a.	<u>433</u>	<u>1.270</u>
				<u><u>15.033</u></u>	<u><u>12.696</u></u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	2.729	2.057
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (b)	3.123	3.091
Outros Clientes	24	1.402
Créditos energia gerada no exercício (a)	<u>5.329</u>	<u>5.527</u>
Conta a Receber de Clientes	<u>11.205</u>	<u>12.077</u>

Ativo Circulante	11.205	10.745
Ativo Não Circulante	-	1.332

(a) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Eletrobrás no valor de R\$ 5.329, que será faturado de forma linear nos próximos 12 meses;

(b) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que serão faturadas no próximo quadriênio.

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros Impostos a compensar	<u>6</u>	<u>6</u>
	<u>6</u>	<u>6</u>
Circulante	6	6
Não Circulante	-	-

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, a companhia necessita manter junto ao banco Itaú duas contas vinculadas ao financiamento obtido, que deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 3 meses considerando as obrigações de principal e juros. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.624 (R\$ 5.495 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores mantidos nestas contas são aplicados em quotas do Fundo Itaú Trustee Soberano Ref DI FICFI, conforme previsto contrato de financiamento, avaliadas de acordo com o valor da quota na data dos encerramentos. O Fundo tem como meta de rentabilidade o investimento a 12,35% a.a. da variação do CDI.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 12% para CSLL e 8% para IRPJ. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido

	2022	2021
Receita Bruta	52.369	50.667
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	4.189	4.053
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	6.284	6.080
Outras Receitas	187	12
Receitas Financeiras	1.869	553
Total Base de Cálculo IRPJ	6.245	4.618
Total Base de Cálculo CSLL	8.340	6.645
IRPJ à alíquota 25%	1.537	1.130
CSLL à alíquota 9%	751	599
Outras diferenças permanentes – líquidas	2	
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.290	1.729

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	2022			2021	
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	209	(197)	12	3
Móveis e utensílios	10%	72	(62)	10	12
Máquinas e Equipamentos	10%	2.034	(1.196)	838	1.025
Veículos	20%	158	(158)	-	16
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	105.121	(37.585)	67.536	71.017
Máquinas e equipamentos	3,33%	167.361	(63.359)	104.002	109.532
Desmobilização		1.517	(394)	1.123	1.999
		<u>276.472</u>	<u>(102.951)</u>	<u>173.521</u>	<u>183.604</u>

	Imobilizações em Andamento e Outros	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		78.389	114.991	193.381
Adições	-	343	-	343
Transferências	-	-	-	-
Desmobilização	-	-	-	-
Baixas Desmobilização	-	(818)	-	(818)
Amortização	-	(141)	-	(141)
Depreciação do exercício	-	(3.702)	(5.459)	(9.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	74.071	109.532	183.604
Adições	-	19	-	19
Baixas Desmobilização	-	(775)	-	(775)
Amortização da desmobilização	-	(100)	-	(100)
Depreciação do exercício	-	(3.697)	(5.530)	(9.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	69.518	104.002	173.521

10.1. Ativos cedidos em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 104.002 (R\$ 109.532 em 31 de dezembro de 2021) foram vinculados a garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do BNDES (vide nota explicativa nº. 11). A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

Além disso, a Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima de 98% dos aerogeradores. Os resultados obtidos nos últimos anos são superiores ao mínimo estipulado, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva Desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro 2020	3.258
Despesa Financeira	69
Atualização Provisão	(817)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.510
Despesa Financeira	101
Atualização de Provisão	(776)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.835

11. FINANCIAMENTOS

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

Instituição financeira	Encargos de juros (a.a.)	Vencimento Final	Circulante		Não circulante	
			2022	2021	2022	2021
BNDES	TJLP + 2,34%	2029	10.495	11.142	51.588	60.814
			<u>10.495</u>	<u>11.142</u>	<u>51.588</u>	<u>60.814</u>

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	2022	2021
Saldo Inicial	71.956	82.278
Apropriação de Juros	5.920	5.380
Amortização Principal	(10.333)	(10.314)
Amortização Juros	(5.460)	(5.388)
Saldo Final	<u>62.083</u>	<u>71.956</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2024	10.570
2025	10.691
2026	10.814
2027	10.653
2028 e 2029	8.860
Total	<u>51.588</u>

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 13 de setembro de 2011, estando apresentados considerando os encargos incorridos até o encerramento de cada exercício, distribuídos em curto e longo prazo conforme o prazo de carência e de vencimento dos mesmos.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas financeiras restritivas:

Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se observado, cumulativamente, os itens abaixo:

- a) Efetuada após 31 de dezembro de 2018;
- b) Verificada a Conclusão do Projeto;
- c) efetuada no período compreendido entre abril e dezembro do respectivo ano civil;
- d) Preenchida a "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e a "Conta Reserva de O&M" (aplicação financeira vinculada, nota nº. 8), na forma do Contrato mencionado no Inciso I da Cláusula Décima;
- e) Atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado no referido Inciso de 1,3;
- f) Comprovada a geração consolidada, composta pela soma da geração do PARQUE EÓLICO PALMARES, da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO, da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 2, e da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 3, de, no mínimo, 128.500 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2022 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seu contrato.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 11, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeira vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 14).

12.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dívida (a)	62.083	71.956
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	<u>20.675</u>	<u>18.215</u>
Dívida líquida	<u>41.408</u>	<u>53.741</u>
Patrimônio líquido (c)	129.864	128.828
Índice de endividamento líquido	0,32	0,42

- (a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 11.

- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

12.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Ativos Financeiros	Nível	2022	2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	15.051	12.720
Aplicações financeiras vinculadas	2	5.624	5.495
<u>Custo Amortizado</u>		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>
Contas a Receber Geração de Energia		11.205	12.077
Total dos ativos financeiros		31.879	30.292
<u>Passivos Financeiros</u>			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		95	80
Financiamentos		62.083	71.956
Partes Relacionadas e Dividendos		10.030	9.900
Contas a Pagar		1.090	343
Total dos passivos financeiros		73.298	82.279

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

12.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

12.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2022
Passivos					
Fornecedores	95	-	-	-	95
Financiamentos	8.148	8.148	16.296	48.888	81.480
Partes Relacionadas e dividendos	10.030	-	-	-	10.030
Outras obrigações	1.090	-	-	-	1.090
	<u>19.363</u>	<u>8.148</u>	<u>16.296</u>	<u>48.888</u>	<u>92.695</u>

12.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

12.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

12.7. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obteve financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

12.8. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

12.9. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e TJLP ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	(Possível) Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	20.657
	Taxa anual estimada do CDI para 2023(Provável)	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda	<u>(1.278)</u>
Alta do TJLP	Passivo Financeiro	
	Financiamento	62.083
	Taxa anual estimada de TJLP + 2,34%(Provável)	9,71%
	Efeito anual no financiamento	<u>3,69%</u>
	Perda	<u>3.741</u>

12.10. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

12.11. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a CPC06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

a) Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa Arrendamento	425	445

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 114.116, é representado por 114.116 mil ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de lucro:

A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. Os dividendos são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Em 2022 a companhia pagou R\$ 18.160 de dividendos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	19.267	19.115
Reserva legal	964	955
Dividendos adicionais propostos	9.152	9.080
Destinação de dividendos	<u>9.151</u>	<u>9.080</u>
	<u>19.267</u>	<u>19.115</u>
Distribuição de dividendos	9.151	7.651

15. RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Bruta		
Venda de energia	52.270	50.504
Deduções da Receita:		
Impostos sobre vendas	<u>(1.965)</u>	<u>(1.839)</u>
Receita líquida	<u>50.304</u>	<u>48.665</u>

16. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	22.495	20.807
Gerais e Administrativas	2.160	2.034
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>(157)</u>	<u>-</u>
Total	<u>24.498</u>	<u>22.841</u>
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	10.287	9.413
Encargos Uso do Sistema e Produção	2.459	1.642
Arrendamentos	425	445
Depreciação	9.324	9.307
Despesa com Seguros	494	475
Despesa com Serviços Profissionais	789	644
Outras Despesas Administrativas	877	915
Indenizações de seguros	<u>(157)</u>	<u>-</u>
Total	<u>24.498</u>	<u>22.841</u>

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas aplicações financeiras	1.855	551
Outras receitas financeiras	14	-
Receitas financeiras	<u>1.869</u>	<u>551</u>
Despesa com Juros	(5.920)	(5.380)
Desmobilização	(101)	(70)
Outros	<u>(97)</u>	<u>(81)</u>
Despesas financeiras	<u>(6.118)</u>	<u>(5.531)</u>

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

18.1. Transações comerciais

	<u>Aquisição de Serviços</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Wobben Windpower Ltda.	6.948	6.242
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	2.675	2.568
Elecnor do Brasil Ltda.	515	459
Totais	<u>10.138</u>	<u>9.269</u>

Os seguintes saldos estavam em aberto no final do exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Fornecedores</u>		
Wobben Windpower	594	534
Elecnor do Brasil Ltda.	39	35
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	246	251
Totais	<u>879</u>	<u>820</u>

Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

18.2. Dividendos a pagar para Acionistas:

	<u>Valores a pagar para acionistas</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Acionistas</u>		
Rio Sul 1 Energia Ltda.	7.321	7.264
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	915	908
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	915	908
Totais	<u>9.151</u>	<u>9.080</u>

18.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2022
Encargos de Transmissão	214
Arrendamentos	180
Wobben Windpower	594
Total	<u>988</u>

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2023 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações na qual a acionista minoritária Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) se compromete a vender a totalidade da participação societária detida na Companhia correspondente a 10% do seu capital social para a controladora Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1) pelo preço de aquisição a partir de critérios previstos em Acordo de Acionistas no montante de R\$ 15.694 mil a ser pago na data de fechamento, mediante cumprimento de condição precedente que sujeita a obtenção de consentimento prévio do BNDES. Após o fechamento da transação, a controladora Rio Sul 1 passará a deter 90% do controle acionário da Companhia, enquanto a acionista minoritária Wobben Windpower Ind.e Comércio Ltda. continuará com participação de 10% do seu capital.